

O Flerte entre Literatura e política: uma dissociação (im)possível
*A Flirtation between Literature and politics: a(n) (im)possible
dissociation*

Gustavo Vargas Cohen

RESUMO:

Literatura e política carregam, historicamente, uma relação de transferência ideológica bidirecional. A luz de eventos de natureza social, cultural e artística, o presente texto traz considerações sobre como escritores e obras, especialmente em países de língua inglesa, se envolveram com questões políticas e de que maneira influenciaram e/ou foram influenciados por elas. Questiona-se também o posicionamento do crítico literário e do teórico da literatura frente a este inevitável transbordamento ideológico advindo de seus contextos políticos.

Palavras-chave: Literatura, política, crítica historiográfica

ABSTRACT:

Literature and politics historically carry a bidirectional ideological transfer. The present text brings, in light of social, cultural and artistic events, considerations about how writers and texts, especially those in English-speaking countries, have become involved with political issues and in what way they have influenced or have been influenced by them. The stand of the literary critic and theoretician is also debated while facing this inevitable ideological overflow of their political context.

Keywords: Literature, politics, historiographic criticism

A política imediata dos movimentos acadêmicos humano-científicos
está nas salas de aula (SPIVAK, 1989, p. 277).

Em seu discurso científico, certa vez, a crítica e teórica da literatura Gayatri Spivak levantou o seguinte questionamento: uma pessoa se torna *necessariamente* envolvida em ativismo político por meio do que escreve? Para auxiliar em uma tentativa de resposta é necessário compreender a distinção (se possível) entre o que é político e o que é artístico, social e cultural. O presente texto traz algumas considerações, em nível introdutório, sobre o envolvimento

da literatura com a política especialmente, porém não exclusivamente, no mundo anglófono, bem como suas implicações para a cultura e para a sociedade de seu tempo.

Nos últimos séculos, as relações entre literatura e política vêm se manifestando de maneiras muito distintas, frequentemente por meio da formação de grupos de interesse formados com o intuito de trazer a vista seus membros, de encorajar a produção livre, de pressionar governos e outros grupos dominantes por apoio e, por fim, de assegurar uma atmosfera que permita que escritores possam produzir de maneira segura. Estes grupos organizados fazem-se e desfazem-se de acordo com a energia de seus membros e com a intensidade e com a longevidade da vida das questões políticas e sociais nas quais se engajam (MATHEWS, 2011).

Nos Estados Unidos, logo após a segunda guerra mundial, dá-se início a um processo de separação ideológica, historicamente necessário, entre o que é político e o que é social. Esta separação dá a luz ao mote *tudo é político*, considerando o fato de não existir um vocabulário que seja específico da política e que não acabe reduzindo tudo, para o bem ou para o mal, a questões de engenharia social (ELLIOT, 1988). Esta nova condição, como era de se esperar, exerce uma inevitável e importante influência na vida cultural daquele país. Possivelmente, o aspecto mais visível desta influência seja mais facilmente compreendido levando-se em conta a crescente descrença, em grande parte devido a sua parca compreensão, da real natureza do que é realmente político e no seu poder.

A ideologia política encontrada na literatura americana do pós-guerra deve, portanto, ser analisada a guisa deste novo contexto. Outro problema decorrente da mesma questão é a busca por uma nova e clara distinção entre o que é político e o que é cultura. Diferentemente de seus pares na França, os escritores americanos temiam receber o rótulo de *políticos* e, mesmo aqueles mais engajados politicamente raramente expunham suas afiliações partidárias abertamente ou aceitavam, sequer, mesmo a mais ampla rotulação política. No entanto, a manifestação de aspectos políticos na literatura da época, assim como em outras artes, era explícita. Vejamos quatro exemplos em Lowell, Olson, Doctorow e Kerouac.

O poeta Robert Lowell (1917-1977) discorreu prolificamente sobre a noção de império. Em suas obras *For the Union Dead*, de 1964, e *Near the Ocean*, de 1967, Lowell interrelacionou a compreensão do indivíduo à compreensão da política e da história (OUSBY, 1992). Com o crescente interesse em absorver e entender o impacto cultural da guerra, *Near the Ocean* não foi apenas uma meditação sobre política, mas uma reflexão ativa sobre o conceito de *Império* norte-americano (MOORE, 2004). Embora seja comum para alguns críticos acadêmicos interpretarem textos como agentes políticos promotores de ideologias – como gênero, etnia, classe ou orientação sexual – Lowell via o propósito de sua obra como sendo político no sentido primário da palavra, *i.e.*, como qualidade daquilo que é pertencente a um Estado ou a um grupo de cidadãos, e a seus governos e leis.

Já o poeta Charles Olson (1910-1970) escreveu que os reinos da *fenomenologia* e da *política* não são dissociáveis, mas sim, idênticos (ELLIOTT, 1988). Durante a segunda guerra mundial, Olson trabalhou para o Escritório de Informação da Guerra (OWI) e na campanha de reeleição de Franklin D. Roosevelt em 1944. Como outros jovens de sua época, sentiu-se atraído pela política e teve até mesmo um início promissor enquanto membro no partido democrático, mas, devido a alguns desentendimentos, sua carreira política encontrou um fim súbito (CHRISTENSEN, 2000) e Olson resolveu dedicar-se quase que exclusivamente à poesia, mudando-se para a Flórida em 1945.

A carreira promissora, embora breve, de Olson na política em Washington recebeu atenção nos tratamentos críticos de suas obras, e Tom Clark, uma biografia do poeta, nota que Olson contava histórias de como dinheiro era repassado no Capitólio. Em uma ocasião, ele detalha como um lobista político lhe entregou um envelope contendo cinco mil dólares. No entanto, conspicuamente, menções do envolvimento e do ativismo político de Olson (...) não se encontra em lugar algum nas críticas acadêmicas de suas obras (STORMONT, 2007, p. 1, tradução nossa).

Os escritores E. L. Doctorow (1931-) e Jack Kerouac (1922-1969) dão nova vida à tradição do romance realista ao fazerem narrativas líricas e satíricas que revelam as grandes contradições políticas da sociedade americana de sua época (ELLIOTT, 1988). O romance *O Livro de Daniel*, de Doctorow, foi

considerado um “livro de repercussão sobre política” (LEHMANN-HAUPT, 1971, p. 1) e *Ragtime* expôs “(...) uma ameaça política e cultural que é sempre central na crítica geral de Doctorow sobre a vida americana” (DARMS, 2009, p. 1). Kerouac encontrou inimigos em ambos os lados do espectro político. Os direitistas o criticavam por sua associação com drogas e por sua libertinagem sexual, enquanto os esquerdistas o desdenhavam por sua postura anticomunista e por seu catolicismo. De maneira característica, ele esteve presente nas audiências McCartistas de 1954 fumando maconha e torcendo pelo senador anticomunista Joe McCarthy (FELLOWS, 1999).

Embora estes quatro escritores tenham pouco em comum e qualquer tentativa de se chegar a uma visão holisticamente abrangente da política americana daquele momento histórico por intermédio de suas obras resultaria em um estandarte de diversidade, elas compõem, no entanto, uma demonstração explícita da heterogeneidade da política daquele país. Até mesmo as noções de esquerda e direita tornar-se-iam insuficientemente frutíferas ao se tentar classificar estes quatro indivíduos em um único *spectrum* político.

Mesmo intermitentemente fracassando, estes escritores se dispunham a separar suas observações sobre a sociedade de suas teorizações sobre política, dirigidos pelo repúdio às tentativas externas de rotulá-los como observadores – *watchers* (no sentido de guardiões) – da política de sua época. Se até mesmo estes escritores - considerados os que mais próximo chegavam de tratar assuntos políticos e sociais em suas obras - procuravam se desviar de discursos políticos explícitos, o que se pode dizer, então, dos escritores comuns que, por sua vez, tratavam assuntos políticos como tabu e o reservavam para os subversivos e para os reacionários? Naturalmente, as experiências no século XX com regimes totalitários apenas agregaram àquela relutância em formular pronunciamentos políticos firmes abertamente.

O predomínio de obras literárias com grandes cargas de visões irônicas da vida, em especial as surgidas no período do alto modernismo, associadas à ênfase dada por escolas formalistas – que privilegiavam o puramente literário em detrimento ao texto artisticamente engajado – serviu para intensificar a conturbada divisão entre os reinos cultural e político na literatura americana.

Como consequência, escritores americanos que abordavam em suas obras questões como aborto e cotas para minorias, o faziam constantemente de maneira tangencial e frequentemente com valores populistas, liberais, democráticos e de tolerância social. Em outras palavras, a maioria dos escritores continuou a operar segundo os padrões da tradição liberal estabelecidos no século dezenove e nutridos pelos ideais de Emerson e Thoreau. Esta tradição, entretanto, não tardou a se revelar contra-produtiva, muito provavelmente devido a sutis, porém abrangentes, mudanças sociais que, aos poucos, dissolviam os modelos políticos baseados no liberalismo Emersoniano. Poderia até se dizer que um dos temas principais da literatura americana deste período foi a quantificação de exatamente quanta consciência política e social pode ser contabilizada como suficiente.

Interessantemente, o período que se está analisando – o século XX - começa com a ascendência da Nova Crítica nas universidades, uma metodologia que militava contra o uso de materiais biográficos e históricos na análise e na avaliação de obras literárias. O argumento principal resume-se na busca por uma visão artística sem interesses tendenciosos, especialmente não contaminados por preocupações *extra-literárias*. Os anos que se seguiram geraram, por um lado, um refinamento dos princípios da Nova Crítica, chegando à forma de uma contextualização de mitos culturais via Northrop Frye e, por outro lado, a uma reação intensa contra estes princípios, como no caso da *revigorada* crítica marxista emergente na segunda metade dos anos 1970 (ELLIOTT, 1988); *revigorada* porque, nos anos 1960, no auge da influência estruturalista, as teorias de Althusser desbancaram as de Marx no tocante a ciência da história. Simultaneamente, outros movimentos se desenvolveram e levaram os intelectuais americanos e europeus à distância do Marxismo. Nietzsche havia substituído Marx enquanto pensador mestre e as atenções mudaram dos modos de produção para os sistemas de poder (BEST, 1995).

Do outro lado do Atlântico, na França, no início dos anos 1950, um teórico ainda desconhecido chamado Michel Foucault começava um caminho de estudos que o conduziria para longe da órbita marxista, para longe da dialética e do humanismo e para perto da análise original de discurso e poder que faria dele o mais importante pensador francês desde Sartre.

O PODER DA MULHER

Um exemplo relevante e ilustrativo do bom uso da consciência política foi o movimento feminista em seu ascendente vigor a partir da segunda metade dos anos 1970. Muitas feministas dedicaram-se a estabelecer suas próprias vias para publicação. Certificaram-se de que as universidades respondessem a seus apelos através da criação de cursos de temática feminina e de editoras. Certificaram-se também em controlar para que a concessão de bolsas e prêmios acadêmicos não ficasse exclusiva e desproporcionalmente nas mãos de homens. Uma das principais fontes de energia organizacional e de refinamento ideológico advindos do movimento feminista foi justamente o uso, tanto intensivo quanto extensivo, da palavra impressa publicada por mulheres originárias de uma vasta gama de posicionamentos políticos e posições sociais. Suas palavras foram impressas em fóruns acadêmicos e em mídias de massa; por exemplo, em periódicos como a revista *Ms.* (ELLIOTT, 1988).

Observando-se com o olhar corrente as, agora históricas, recuperações operadas pelas feministas, nota-se que nem todas as feministas remavam na mesma direção. Como era de se esperar, todas concordavam que a questão da reescritura da história literária feminina era importante; e por muitos motivos, pois sabiam que as figurações de gênero encontradas não só nas obras literárias, mas em todos os documentos que registram um determinado período, exercem o poder de construir a subjetividade nas pessoas e conseqüentemente no coletivo (LANDRY, 1996). Esta subjetividade associada a identidade sexual está, do ponto de vista da crítica psicanalista, ligada a maneira como são construídas as estruturas familiares e os padrões de criação dos filhos (SKURA, 1996). A antiga crença fenomenológica em um “sujeito unificado ao centro da experiência humana” perdia sua voz e encontrava-se, no final dos anos 1950 sobrepujada por novos argumentos que postulavam que “o sujeito é produzido como um efeito de estruturas linguísticas e pelo inconsciente” (BEST, 1995, p. 86). Este era apenas um dos vários motivos que não só legitimavam e justificavam a importância da releitura do discurso acadêmico e crítico realizado até então, inclusive por mulheres, pois este, não exclusivamente mas principalmente o do

viés anglo-americano, está imbuído com noções de feminilidade associada à domesticidade. Outro ponto de vista sustenta que nem feministas nem críticos tradicionais podem esperar que textos literários autentiquem verdades morais ou sexuais, mesmo que tácitas. É necessário que leitores questionem que efeitos recíprocos de poder e de construção de conhecimento (e de posicionamento pessoal) sejam assegurados pela ativação de determinados discursos em diferentes momentos históricos (DELLAMORA, 1996).

O PODER DA DIVERSIDADE

A política de longo termo, partindo de evidências publicadas ou não, é construída e julgada pelo futuro (SPIVAK, 1996, p. 277).

A política nos Estados Unidos continua, até hoje, envolvida com a luta de grupos de interesses especiais. Com a emergência de escritores notáveis que são abertamente feministas, negros, homossexuais, imigrantes ou membros de qualquer comunidade dita *minoritária*, a literatura americana mantém, para o bem ou para o mal, aceso o mito do *melting pot*, da mobilidade social e da liberdade. Mesmo sendo verdade que a literatura produzida por estes grupos está frequentemente imbuída de expressões de insatisfação, é sua diversidade que colore e traz prestígio a sua literatura nacional. Atualmente sabe-se o quão cuidadoso deve-se ser ao abordar o otimismo que caracterizou historicamente a sociedade americana e o estabelecimento de seu mito maior, *o sonho americano*. Sabe-se também que o referido sonho não se trata de um consenso para a nação e mascara sérios problemas de divisão social. A questão do otimismo nacionalista tem influenciado escritores desde a época de Walt Whitman até chegar a Margaret Fuller, passando por Hart Crane e chegando a figuras mais contemporâneas como Saul Bellow, Allen Ginsberg, Susan Sontag e Amiri Baraka.

Para algumas teorias pós-coloniais, o momento da criação da subjetivação de fenômenos como o supracitado ocorre quando a criança encontra estereótipos raciais e culturais na ficção infantil, e tal evento ocorre continuamente em sociedades coloniais. Tal evento se refere ao local em que fantasia e desejo se integram à subjetivação e à construção das relações de

poder. Neste evento a criança, enquanto sujeito colonial, retorna ao narcisismo do imaginário e ativa sua identificação com o ego ideal que é branco e íntegro (NAIR, 1996).

Se isto é verdade, como pode o crítico tentar (levando-se em consideração os limites da sensatez e da plausibilidade) esboçar sua imparcialidade? A leitura para interpretação, diferente da leitura para aquisição de conhecimento ou para lazer, viola os sinais de diferenças sociais contidos na obra literária e invade o terreno político ideológico daquela obra. Leitores privilegiados – dos quais críticos literários podem, ou não, estar incluídos – procuram não se deixar restringir pelo poder social que o texto exerce. O que valida sua busca é a capacidade que o indivíduo possui, ou não, de chamar à sua própria atenção a um exercício de auto-crítica com o intuito de enxergar com alguma clareza as limitações culturais advindas do posicionamento histórico de seu autor. O serviço do leitor-crítico passa a ser, portanto, historicizar uma opção interpretativa. Este ato vê discursos universalizantes e homogeneizantes como suspeitos. A relevância da história para a crítica literária jaz além da mera apreciação das práticas contingentes à criação literária (SOMMER, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE A HISTÓRIA HUMANA TEM PARA ENSINAR

Grandes nomes como Marx, Foucault e Habermas defendem a importância do conhecimento histórico como matéria prima para crítica social e mudança política (BEST, 1995, p. xv).

Para o teórico literário britânico Terry Eagleton (2003) a literatura na Inglaterra nos dois últimos séculos operou como substituta para o antigo poder dominante, a igreja. Com esta afirmação, ele dá início ao seu argumento de que a “literatura é uma ideologia” (p.30), pelo menos no sentido da palavra que os pensadores contemporâneos herdaram, isto é, a literatura, de acordo com sua linha de pensamento, mantém laços íntimos com questões de política e de poder social. Segundo ele, a igreja era a responsável, até o século XIX, por exercer o papel de produtora da ideologia considerada digna de confiança. Esta, no entanto, sucumbiu e perdeu a confiança das massas. Esta ruína se deu,

possivelmente, devido às revoluções nos campos sociais e científicos que, não obstante, representavam causa constante de preocupação para as classes vitorianas dominantes.

Em seu seminal *Teoria da literatura: Uma Introdução*, Eagleton menciona um ex-professor da universidade de Oxford que dissera que a Inglaterra estava doente, que sofria de uma enfermidade que seria curada apenas pela poderosa literatura inglesa, e somente ela era dotada dos poderes necessários para executar tal cura. A literatura inglesa passa, a partir de então, a ter uma função tripartite que envolve em primeiro lugar, dar prazer, em segundo lugar, instruir e em terceiro e último lugar, e acima de todos, salvar almas e curar sua nação (2003). Eagleton menciona também que, embora estas palavras tenham sido proferidas em meados do século XX, elas acham perfeita ressonância e encaixe no contexto mencionado *a priori* no século anterior, i.e., na era Vitoriana. À medida que a religião cessa sua função de dar unidade a valores sociais e a mitologias, a literatura passa a carregar funções político-ideológicas semelhantes, no caso da Inglaterra, para o período vitoriano e além.

No Canadá anglófono, a partir do século XIX, sociedades literárias e políticas se formaram em Toronto, Halifax, Saint John e Winnipeg principalmente, porém não exclusivamente. Uma das organizações mais voláteis daquele país foi o movimento *CANADA FIRST*, formado na capital, Ottawa, in 1868. Sua plataforma unia o nacionalismo político e encorajava a produção de literatura e o estabelecimento da cultura nacional, até que finalmente se tornou um partido político. Não obtendo sucesso na esfera política teve, de qualquer maneira, um efeito significativo na produção literária e na manutenção da tradição canadense nas artes (MATHEWS, 2011).

Diversas formas literárias, com especial atenção para o romance, se desenvolveram tendo eventos políticos e/ou crenças político-ideológicas em seu cerne. Alguns trabalhos representativos que demonstram a vasta gama de tópicos e temas políticos preferidos por escritores canadenses são: o romance *Waste Heritage*, de 1939, de Irene Baird, que trata do desemprego durante a Grande Depressão; *The Ecstasy of Rita Joe*, de 1967, que retrata a luta dos povos nativos; o romance *Ultimatum*, de 1973, de Richard Rohmer, sobre o conflito entre o Canadá e os Estados Unidos; *Prochain Épisode*, de 1965, escrito

por Hubert Aquin, que trata do lado psicológico do separatismo *québécois*; e *The Medicine Man*, de 1975, de Ivan Shaffer, romance que explora o conflito ascendente entre os grandes interesses corporativos e os membros reformistas da *Canadian House of Commons*.

Este pequeno apanhado de instantes e circunstâncias peculiares a países de língua inglesa não se predispôs a falar somente sobre a condição interna destes países, mas do relacionamento entre seres humanos de uma maneira geral, seja ocupando posições de poder ou sendo reprimido pelas mesmas. Estes exemplos conduzem, justificando-se historicamente, à conclusão informada por eventos de natureza ideológica, social, cultural e artística que a literatura tem o poder de *criar* e de *desfazer* não só crises políticas, mas também humanas.

REFERÊNCIAS

BEST, Steven. *The politics of historical vision*. New York: The Guilford Press, 1995.

CHRISTENSEN, P. Charles Olson's life and career. *American National Biography Online*. 2000. Disponível em: <<http://www.anb.org/articles/16/16-02171.html>>. Acesso em: 14 jul 2010.

DARMS, Lisa. Guide to the E. L. Doctorow Paper. *The Fales Library & Special Collection*. New York: New York University Digital Library Technology Services, 2009. Disponível em: <http://dlib.nyu.edu/findingaids/html/fales/doctorow_restricted.html>. Acesso em: 14 jul 2010.

DELLAMORA, Richard. Textual politics/sexual politics. In: BROWN, Marshall. (ed.). *The uses of literary history*. Durham: Duke University Press, 1996.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ELLIOTT, Emory. (ed.). *Columbia literary history of the United States*. New York: Columbia University Press, 1988.

FELLOWS, Mark. The apocalypse of Jack Kerouac: meditations on the 30th anniversary of his death. *Culture Wars Magazine*. Novembro 1999.

LANDRY, D. Figures of the feminine: an amazonian revolution in feminist literary theory? In: BROWN, Marshall. (ed.). *The uses of literary history*. Durham: Duke University Press, 1996.

LEHMANN-HAUPT, Christopher. 'The Book of Daniel' (resenha literária). *The New York Times*. Junho 7, 1971. Disponível em:
<<http://www.nytimes.com/1971/06/07/books/doctorow-daniel.html>>. Acesso em: 14 jul 2010.

MATHEWS, Robin. Literature and politics. *The Canadian Encyclopedia*. 2011. Disponível em:
<<http://www.thecanadianencyclopedia.com/index.cfm?PgNm=TCE&Params=A1ARTA0004708>>. Acesso em: 14 ago 2011.

MOORE, A. Robert Lowell and Marvel: poetry and patriotism. *English*. Vol. 53, 2004, pp. 117-134.

NAIR, M. The pedigree of the white stallion. In: BROWN, Marshall. (ed.). *The uses of literary history*. Durham: Duke University Press, 1996.

OUSBY, Ian. (ed.). *Companion to literature in English*. Hertfordshire: Wordsworth Editions, 1992.

SKURA, Meredith Anne. Understanding the living and talking to the dead: the historicity of psychoanalysis. In: BROWN, Marshall. (ed.). *The uses of literary history*. Durham: Duke University Press, 1996.

SOMMER, Doris. Textual conquests: on readerly competence and “minority” literature. In: BROWN, Marshall. (ed.). *The uses of literary history*. Durham: Duke University Press, 1996.

SPIVAK, Gayatri. The new historicism: political commitment and the post-modern critic. In: VEESER, H. (ed.). *The new historicism*. New York: Routledge, 1989.

STORMONT, Craig. Charles Olson: The Political Ego Condemned. *Flashpoint*. Web issue 9, Primavera 2007. Disponível em:
<<http://www.flashpointmag.com/cstorm.htm>>. Acesso em: 8 jul 2010.